

Ex-ministro insiste: 'Não houve favorecimento'

Mendonça de Barros nega que tenha havido intervenção na formação de consórcio e alega que falou em 'ratos' por causa da tensão

A Previ entrou no consórcio do Opportunity-Stet sem qualquer pressão do Governo. Entrou por que quis. É o que diz o ex-ministro das comunicações. Mais uma vez no meio de um furacão, Luiz Carlos Mendonça de Barros retomou ontem suas explicações e sua argumentação de que só tentou

garantir o melhor preço para as empresas. Tranquilo, sem pensar em deixar a militância política, ele desfila suas teses: a Previ entrou no consórcio Opportunity-Stet muito tempo antes daquelas conversas. E o fez espontaneamente. Só que, perto do leilão, o fundo de pensão passou a negociar com

outro consórcio. O Governo apenas trabalhou para evitar que um deles se enfraquecesse. Mendonça de Barros atribui ao nervosismo o uso da expressão "ratos" para se referir à Telemar e diz que as regras impedem que o Governo decida quem está ou não preparado para comprar uma estatal.

Givaldo Barbosa/ 16-5-99

Miriam Leitão

O GLOBO: Como o senhor explica a intervenção do presidente da República na formação de um consórcio?

LUÍS CARLOS MENDONÇA DE BARROS: Não houve. Esta acusação central da "Folha" ontem é uma mentira. O consórcio da Stet-Opportunity-Previ já estava formado há muito tempo e sem qualquer intervenção. O protocolo entre eles já havia sido assinado muito tempo antes.

• Por que então todo aquele esforço para convencer a Previ? Por que aquela conversa do presidente do BNDES com o presidente da República?

MENDONÇA DE BARROS: Entre a assinatura do protocolo e a assinatura do acordo formal leva tempo. Neste período nós começamos a ficar preocupados de a Previ sair e se associar a outros.

• A Previ fazia jogo duplo?

MENDONÇA DE BARROS: Não. Ela fazia uma manobra legítima do ponto de vista negocial, que era negociar com outro consórcio antes de formalizar o acordo.

• Por que um consórcio que tem um banco e uma empresa italiana precisa de apoio financeiro da Previ para se viabilizar?

MENDONÇA DE BARROS: Por-

que o volume de dinheiro era muito grande. A própria "Folha" publica lá que o consórcio faria uma oferta de R\$ 5 bilhões.

• Por que o senhor estava convencido de que os participantes da Telemar eram ratos?

MENDONÇA DE BARROS: Estes diálogos publicados se passam em momento de grande tensão, onde todo mundo diz palavrão, usa expressões fortes. E era uma conversa relaxada entre dois amigos.

• Como o senhor pode ter concordado em entregar a empresa para o grupo da Telemar se não tinha qualquer confiança nele?

MENDONÇA DE BARROS: O Governo não tinha outra alternativa, pelas regras do leilão. Ele tem que obedecer às regras. E elas não permitem que o Governo decida: este grupo está preparado, este não está preparado. Por isso, quando vimos que ganhou um grupo que tinha várias fragilidades, decidimos reservar um pedaço da empresa para a BNDESPar para mais tarde dar a consistência ideal para a empresa. O que está em questão é a acusação de que houve favorecimento. E todos os desdobramentos mostram que não houve favorecimento.

• Por que é o ministro Clóvis Car-

valho quem decide a divisão acionária de um consórcio privado?

MENDONÇA DE BARROS: A idéia de reduzir para 10% a participação do Banco do Brasil foi minha. Eu nem sei por que o Clóvis entrou nisto. Não me lembro mesmo.

• Reduzir para 10%? Seria 5%, depois vocês concordaram com 7,5% e no fim eles ficam com 10%. Isto é reduzir?

MENDONÇA DE BARROS: Inicialmente as duas seguradoras do Banco do Brasil teriam 10% cada uma. O BB tinha uma estratégia de querer uma participação neste mercado. Era uma estratégia legítima.

• Não se o programa é de privatização e o banco em questão é estatal.

MENDONÇA DE BARROS: Pelas regras do leilão, só dois bancos públicos poderiam participar: o Banco do Brasil Investimento e o BNDESPar. Quando o banco foi participar através das suas seguradoras, nós reagimos. Eles argumentaram que elas eram empresas privadas. Formalmente são mesmo, mas, na prática, é o Banco do Brasil quem administra. Isto é que deu confusão.

• Por que o Ricardo Sérgio procurou o presidente para conversar

sobre este assunto? Afinal ele era apenas um diretor do banco e o presidente supostamente não fica sabendo de detalhes.

MENDONÇA DE BARROS: Não sei sobre esta conversa com o presidente. O que eu sei é que pelo Banco do Brasil, neste assunto, falava o Ricardo Sérgio.

• O senhor acha que o aparecimento das fitas agora é retaliação política?

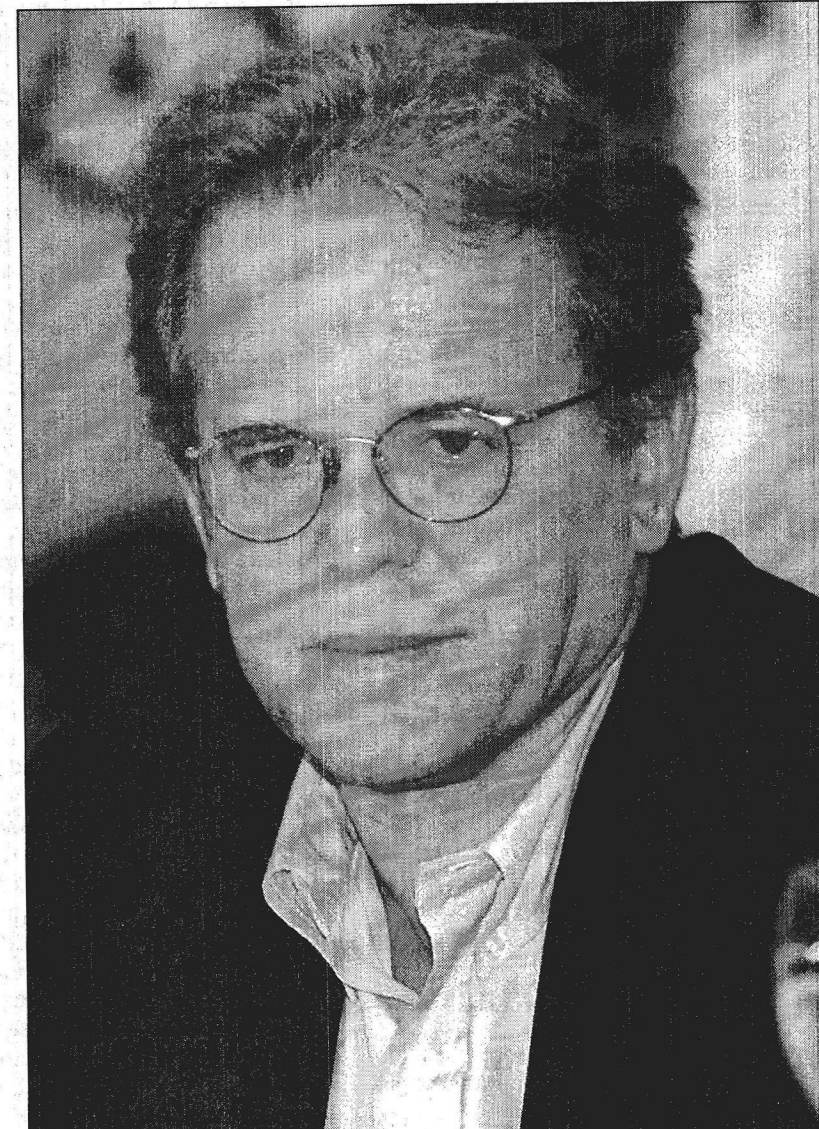
MENDONÇA DE BARROS: Não sei avaliar. Não entendo disso. A minha preocupação agora é esclarecer o que foi feito naquela época, como já fiz em várias ocasiões.

• O senhor permanece vice-presidente do PSDB?

MENDONÇA DE BARROS: Lógico.

• Não fica claro durante todas as conversas a falta de regras e normas de conduta para separar o público do privado?

MENDONÇA DE BARROS: Sim, o país precisa de regras, normas de conduta. Mas também de seriedade. A grande armadilha no Brasil é estabelecer leis e regras e achar que tudo está resolvido. O que eu tenho a dizer sobre todo o processo é que ele foi feito com seriedade, tudo o que fizemos foi para viabilizar a disputa, garantir que o Governo tivesse ganhado. ■



MENDONÇA DE BARROS: "conversa relaxada entre amigos"